

INFRA6 PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de
2019 acompanhadas do Relatório dos Auditores
Independentes

INFRA6 PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	03
Balanço patrimonial	06
Demonstração do resultado do período	07
Demonstração do resultado abrangente	08
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	09
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Infra6 Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Infra6 Participações S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 10 de abril a 31 de dezembro de 2019, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Infra6 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020.

Pemom Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.056/O-2



Henrique Silva Premoli
Contador CRC 1SP-250.993/O-6

INFRA6 PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2019	Passivo	Nota	2019
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.793	Debêntures	7	14.217
Impostos a recuperar	-	32	Impostos e contribuições a recolher	-	3
		4.825			14.220
Não circulante			Não circulante		
Partes relacionadas	6	54.380	Debêntures	7	48.306
		54.380			48.306
			Patrimônio líquido		
			Capital social	8	2
			Prejuízos acumulados	-	(3.323)
					(3.321)
Total do ativo		59.205	Total do passivo e do patrimônio líquido		59.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INFRA6 PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração do resultado

Período de 10 de abril a 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>
Despesas administrativas e gerais	9	(39)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>(39)</u>
Receitas financeiras	10	188
Despesas financeiras	10	(3.472)
Resultado financeiro		<u>(3.284)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(3.323)</u>
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Prejuízo líquido do período		<u><u>(3.323)</u></u>
Resultado básico e diluído por ação		<u><u>(1,6615)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INFRA6 PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Período de 10 de abril a 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2019</u>
Prejuízo líquido do período	(3.323)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente total do período	<u>(3.323)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INFRA6 PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 10 de abril a 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Integralização de capital social	8	2	-	2
Prejuízo líquido do período	-	-	(3.323)	(3.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		<u>2</u>	<u>(3.323)</u>	<u>(3.321)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INFRA6 PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 10 de abril a 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do período		(3.323)
Ajustes para conciliar o resultado do caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:		
Juros incorridos sobre as debêntures	7	3.311
Amortização dos custos de captação	7	135
		123
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / Diminuição dos ativos		
Impostos a recuperar	-	(32)
Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Impostos e contribuições a recolher	-	3
Caixa líquido utilizado das atividades operacionais		94
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital social	8	2
Captação de debêntures	7	70.000
Custo de transação	7	(1.607)
Amortização de debêntures (principal + juros)	7	(9.316)
Partes relacionadas	6	(54.380)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		4.699
Aumento em caixa e equivalentes de caixa no período		4.793
Caixa e equivalentes		
No início do período	-	-
No final do período	5	4.793
Aumento em caixa e equivalentes de caixa no período		4.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INFRA6 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1. Informações gerais

Infra6 Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de abril de 2019 com sede na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar sala F, São Paulo, SP.

A Companhia tem por objeto social a administração de bens próprios e a participação em outras empresas como acionista e possui prazo de duração indeterminado.

A Companhia iniciou suas atividades em 31 de maio de 2019, sendo que nesta data aprovou a emissão de *debêntures* simples, não conversíveis em ações onde os recursos foram destinados para a subscrição e integralização de capital social de Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), do mesmo grupo econômico da Companhia, a fim de celebrar e executar o contrato de concessão decorrente do Leilão nº 01/2018, referente à 5ª Rodada de Concessões Aeroportuárias realizada pela Agência Nacional de Aviação Civil especificamente em relação ao Bloco Centro Oeste cuja sessão pública de leilão foi realizada em 15 de março de 2019.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Empresa em 30 de março de 2020.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações contábeis estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda da preparação das demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “avaliadas ao valor justo por meio do resultado”.

Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDB’s) os quais são classificados a valor justo por meio de resultado.

2.3 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas ao resultado do exercício em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Reconhecimento inicial e mensuração

- Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos.
Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

2.4.2 Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.
Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.
- A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo.

Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias.

A reclassificação para empréstimos e contas a receber disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação;

- A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável;

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado;

- Empréstimos e financiamentos (inclui *debêntures*): após reconhecimento inicial empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Não existem operações de investimentos financeiros derivativos especulativos e não existem atividades de *hedge* em aberto em 31 de dezembro de 2019.

2.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment* os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.7 Debêntures

Os recursos financeiros obtidos através de *debêntures* são reconhecidos inicialmente, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido até a data da informação apresentada.

São classificados como passivo circulante a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após as datas dos balanços.

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando há uma série de obrigações similares a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.9 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240.

A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias representadas por despesas apropriadas ao resultado, entretanto, indedutíveis temporariamente.

2.10 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.11 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e os custos incorridos sobre as *debêntures* e são registrados no período em que são incorridos.

2.12 Resultado por ação (básico e diluído)

Os recursos financeiros obtidos através de *debêntures* são reconhecidos inicialmente, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido até a data da informação apresentada.

2.13 Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis

Em 01 de janeiro de 2019 entrou em vigor os seguintes pronunciamentos e interpretações:

O CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Companhia atualmente não possui arrendamentos na figura como arrendador, sendo assim, essa norma não é aplicável e não houve impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

A Interpretação técnica ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda.

A interpretação requer que a Empresa: i) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; ii) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto ou proposta de utilização por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.

Em caso positivo a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda.

Em caso negativo a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

Em 31 de dezembro de 2019 não houve impactos nas informações contábeis da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1.1 Julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer a adoção por parte da Administração de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e receitas e despesas no período demonstrado.

3.1.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativa na data do balanço envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício são discutidas a seguir:

(a) Demandas judiciais e riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras.

As provisões constituídas para fazer face as potenciais perdas decorrentes de processos em curso são revisadas e ajustadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Gestão de riscos

A abordagem da gestão de risco da Companhia classifica os riscos inerentes ao negócio nas seguintes categorias:

i. Risco financeiro

São os riscos decorrentes de inadequada gestão de caixa, das aplicações de recursos em operações novas, desconhecidas, complexas e/ou de alto risco.

ii. Risco de *compliance*

Essa abordagem refere-se às sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado de qualquer descumprimento legal.

Para evitá-lo a Companhia monitora permanentemente o estrito respeito às leis, normas e regulamentos, bem como a observância de políticas e procedimentos, a implementação e a funcionalidade dos planos de contingência e a segregação de funções evitando o conflito de interesses e facilitando a avaliação dos riscos e dos controles internos da Companhia.

iii. Risco operacional

Ocorre quando há falta de consistência ou de adequação nos sistemas de informação, no processamento e controle de operações, no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou ainda no caso de eventuais fraudes que prejudiquem o exercício da atividade da Companhia.

O trabalho desenvolvido pelas equipes internas que atuam juntamente com os gestores do negócio para a busca de conformidade dos controles internos realiza-se por meio do monitoramento dos processos sendo fator mitigante da ocorrência de risco operacional pela adequação dos controles à atividade.

iv. Risco estratégico

Está relacionado aos eventos originados tanto interno quanto externamente que gerem instabilidade às partes interessadas ou comprometam de alguma forma a reputação e a sustentabilidade da Companhia.

São os riscos decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da empresa em dar resposta as mudanças que possam interromper o alcance de objetivos estratégicos estabelecidos.

A Companhia monitora continuamente esses eventos de risco buscando se antecipar às ocorrências indesejáveis e se preparar para os riscos estratégicos dos quais a Empresa está exposta.

4.1 Riscos financeiros

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço de determinados ativos avaliados ao valor justo), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa e de suas controladas e controladas em conjunto.

INFRA6 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

A Companhia não tem como prática fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

i. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos. Os empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem as empresas do grupo e ao risco de taxa de juros e de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos com taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

ii. Risco de créditos

Risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes e adiantamentos a fornecedores, a política das empresas do grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios.

A provisão para deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes baseada em informações históricas e é incluída nas despesas de vendas.

iii. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019
Aplicações financeiras (a)	4.793
	4.793

(a) São representadas principalmente por aplicações no fundo de investimento Itaú Corp Plus RF Referenciado DI, com baixo risco e alta liquidez apresentando remuneração média de 97,47% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

INFRA6 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

6. Partes relacionadas

O saldo de partes relacionadas é representado por:

	2019
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	54.380
	54.380

Representa operação de crédito em conta corrente com empresa do mesmo grupo econômico, contudo, sem a previsão de incidência de juros, correção monetária, tampouco prazo de vencimento preestabelecido.

A Companhia obteve recursos por meio da emissão das *debêntures* e tais recursos foram destinados à Sociam Infraestrutura e Participações Ltda., empresa do mesmo grupo econômico da Companhia que por fim utilizou estes recursos para a subscrição e integralização de capital social na SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A. empresa constituída especificamente para o fim de celebrar e executar o contrato de concessão decorrente do Leilão nº 01/2018, referente a 5ª rodada de Concessões Aeroportuárias realizadas pela Agência Nacional de Aviação Civil especificamente em relação ao Bloco Centro Oeste cuja sessão pública de leilão foi realizada em 15 de março de 2019.

7. Debêntures

Os saldos de *debêntures* são representados por:

	2019
<i>Debentures</i>	63.995
(-) custo de transação	(1.472)
	62.523
Circulante	14.217
Não circulante	48.306
	62.523

7.1 Características da emissão

Em 25 de junho de 2019 a Empresa fez a emissão de *debêntures* simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real e garantia fidejussória adicional para distribuição pública.

O valor total da emissão foi de R\$ 70.000, na data de emissão sendo 70.000 *debêntures* no valor nominal unitário de R\$ 1.

As *debêntures* terão prazo de vigência de 48 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de junho de 2023 com amortização mensal.

INFRA6 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

As *debêntures* farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescido de uma sobretaxa equivalente a 6,00% ao ano.

7.2 Cronograma dos vencimentos

A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos das *debêntures* existentes em 31 de dezembro de 2019:

	2019
2020	14.551
2021	17.295
2022	20.462
2023	11.687
	63.995

7.3 Garantias

As *debêntures* possuem as seguintes garantias reais:

- (a) Fiança da Socicam Administração de Projetos e Representações Ltda.;
- (b) Fiança da FMFS Participações e Empreendimentos Ltda.;
- (c) Fiança do acionista Sr. José Mario de Freitas;
- (d) Cessão fiduciária de conta corrente vinculada com fluxo de recebíveis mensal equivalente a no mínimo R\$ 3.400;
- (e) Cessão fiduciária dos direitos creditórios presentes e futuros decorrentes dos contratos de concessão dos terminais aeroportuários de:
 - (i) Santana do Paraíso – Ipatinga/MG;
 - (ii) Caldas Novas-GO;
 - (iii) Comandatuba-BA;
 - (iv) Vitória da Conquista-BA;
 - (v) São João del Rei-MG;
 - (vi) Zona da Mata-MG;
 - (vii) Ilhéus-BA;
 - (viii) Jericoacoara/Aracati-CE.

Serão depositados os direitos creditórios acima referidos nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Primeira Emissão de *Debêntures* Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição” e tem como Agente Fiduciário a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

INFRA6 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

7.4 Cláusulas restritivas (*covenants*)

As *debêntures* emitidas possuem cláusulas específicas para vencimentos antecipados sendo que as principais cláusulas restritivas que podem acarretar o vencimento antecipado da dívida são:

- i) Inadimplemento pela Companhia (ainda que na condição de garantidora) de qualquer dívida ou obrigação em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 3.000;
- ii) Não observância pela FMFS – Participações e Empreendimentos Ltda. (empresa do mesmo grupo econômico da Companhia) os seguintes índices financeiros, calculados ao término de cada exercício social:

(a) Razão entre “Dívida Líquida/EBITDA” sendo menor ou igual a:

- (i) 3,50 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- (ii) 3,10 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- (iii) 2,80 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- (iv) 2,50 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) Dívida bruta menor ou igual:

- (i) R\$ 260.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- (ii) R\$ 215.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- (iii) R\$ 210.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- (iv) R\$ 200.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado do contrato.

A Administração monitora constantemente os termos contratados, a fim de garantir que os compromissos assumidos estão sendo cumpridos pela Companhia.

Não houve descumprimento de *covenants* no transcorrer de 2019.

7.5 Movimentação das *debêntures* no período

A movimentação das *debêntures* no período é como segue:

	2019
Saldo inicial	-
Liberação	70.000
Juros incorridos	3.311
Amortização do principal	(6.082)
Amortização de juros	(3.234)
Saldo final	63.995

INFRA6 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

7.6 Movimentação dos custos de transação no período

A movimentação dos custos de transação no período é como segue:

	2019
Saldo Inicial	-
Adições	1.607
Amortização	(135)
Saldo final	1.472

8. Patrimônio líquido

8.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2 e está representado por 2.000 ações ordinárias no valor de R\$ 1 (valor expresso em reais) cada.

8.2 Reserva de legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social.

8.3 Dividendos mínimos obrigatórios

Deverá ser distribuído aos acionistas no mínimo 25% do lucro líquido apurado após a dedução da reserva legal.

9. Despesas administrativas e gerais

As despesas administrativas e gerais são representadas por:

	2019
Serviços prestados	9
Despesas com viagens	18
Outros tributos, taxas e contribuições	12
	39

10. Resultado financeiro

	2019
Receitas financeiras	
Receita de aplicações financeiras	188
	188

INFRA6 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Despesas financeiras	2019
Despesas bancárias	(2)
Impostos e taxas sobre operações financeiras	(4)
Juros sobre <i>debêntures</i>	(3.311)
Custo na emissão das <i>debêntures</i>	(135)
Outras despesas financeiras	(20)
	(3.472)
Resultado financeiro líquido	(3.284)

11. Eventos subsequentes

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.